



DESIGUALDADE SALARIAL DE GÊNERO E RAÇA ANTES E DEPOIS DA CRISE: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO

Palavras-chave: *Desigualdade, Gênero e raça, Pandemia, Indicadores macroeconômicos, Estrutura Salarial*

Autores(as):

LETÍCIA COSTA PEREIRA, IE - UNICAMP

Prof^a. Dr^a. LILIAN NOGUEIRA ROLIM (orientadora), IE – UNICAMP

INTRODUÇÃO

O período da pandemia da COVID-19, com início no fim de 2019, foi caracterizado por uma crise multidimensional, que teve início no campo sanitário e se estendeu para os âmbitos econômico e social. De acordo com Pires, Rawet e Carvalho (2020), a pandemia acentuou as desigualdades, atingindo com maior intensidade os grupos mais vulneráveis e, apesar dos esforços fiscais implementados, como o programa Auxílio Emergencial, as ações governamentais mostraram-se eficazes apenas no curto prazo, sendo insuficientes diante da complexidade das desigualdades.

Nesse contexto, o Brasil se insere nessa conjuntura marcado por profundas desigualdades estruturais — historicamente condicionadas por sua formação colonial e escravista — e revela padrões persistentes de exclusão que continuam a se manifestar nas dinâmicas laborais contemporâneas (GELEDÉS, 2023). A presente pesquisa tem por objetivo investigar as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro, comparando os indicadores antes e após a pandemia (2019 e 2022), de modo a identificar possíveis alterações nas condições de trabalho e avaliar o impacto da crise econômica provocada pela COVID-19 na intensificação ou mitigação dessas desigualdades, principalmente no que diz respeito às desigualdades salariais.

METODOLOGIA

Para concretizar o objetivo de analisar as mudanças entre o período anterior e posterior da pandemia quanto à desigualdade salarial considerando as dimensões de gênero e raça, o método empregado na pesquisa foi a construção de indicadores do mercado de trabalho para quatro grupos populacionais – homens brancos, mulheres brancas, homens pretos e pardos e mulheres pretas e pardas - a partir da PNAD Contínua disponibilizada pelo IBGE para os anos de 2019 e 2022. Os indicadores calculados para os quatro grupos foram: indicador de salário relativo, taxa de desemprego, renda do percentil 10, 50 e 90, rendimento mediano, cálculo do índice de Gini, índice de informalidade, cálculo das horas de trabalho semanal e distribuição percentual por setor de atividade econômica. A validação dos

dados calculados foi feita por comparação com os dados disponíveis no SIDRA, além da verificação se os dados amostrais trazem evidências significativas das diferenças encontradas, através de testes de hipóteses. Para visualização e análise dos dados foram elaborados, utilizando o software R, gráficos e tabelas. Além disso, foi feita a revisão da literatura sobre desigualdade e mercado de trabalho no Brasil, com ênfase em estudos empíricos desenvolvidos durante a pandemia e dimensões de gênero e raça, para apoiar e fundamentar os resultados encontrados.

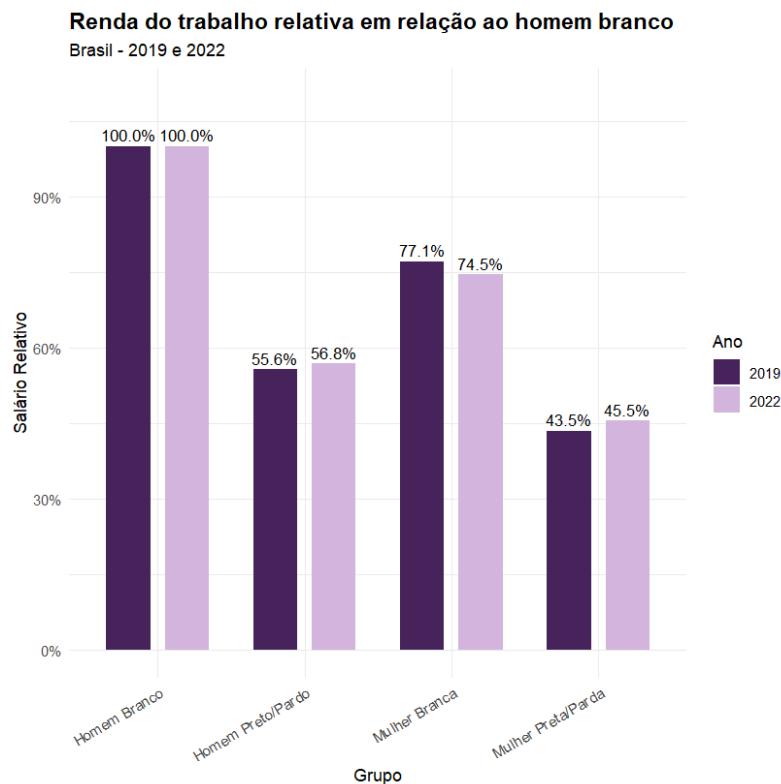
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa propôs a investigação das desigualdades no mercado de trabalho com recorte de gênero e raça, comparando o antes e depois da pandemia. A começar pela análise de gênero, Matos (2024) afirma que o impacto da crise econômico-sanitária da COVID-19 sobre as mulheres no mercado de trabalho pode ser percebido como um movimento conjuntural da participação feminina no mundo laboral sendo as mulheres maioria entre os que se encontram na margem das ocupações do mundo do trabalho e são mais vulneráveis aos impactos de uma crise do tipo provocada pela pandemia do COVID-19.

Os dados da PNAD contínua encontrados estão em concordância com a análise de Matos (2024), pois percebe-se que houve uma queda da renda relativa das mulheres em relação aos homens, de 79,2% em 2019 para 78,3% em 2022, ou seja um decréscimo de 0,9 pontos percentuais no pós pandemia em relação à renda dos homens.

Ao analisar os dados a partir dos recortes de gênero e raça, observa-se, no gráfico abaixo, que, em 2022, houve um leve aumento na renda do trabalho relativa de homens negros e mulheres negras em comparação à dos homens brancos. A renda do trabalho dos homens negros, que representava 55,6% da renda dos homens brancos em 2019, passou a corresponder a 56,8% em 2022. No caso das mulheres negras, a proporção subiu de 43,5% para 45,5% no mesmo período. Por outro lado, a renda do trabalho relativa das mulheres brancas sofreu uma leve queda, passando de 77,1% da renda do trabalho dos homens brancos em 2019 para 74,5% em 2022. Esses aumentos de renda do trabalho da população negra em relação ao homem branco aparentam estar relacionados com o aumento da população que se declara não branca no Brasil, uma mudança na conscientização racial da população do país (G1, 2023).

Gráfico 1



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD.

Pode-se observar no gráfico que, apesar de avanços tímidos, a disparidade na renda média entre pessoas negras e homens brancos continua significativa, sendo particularmente acentuada no caso das mulheres negras, que sofrem de uma dupla opressão no mercado de trabalho, cuja remuneração equivale a menos da metade da média auferida pelos homens brancos. Como destaca Matos (2024), a segregação e a desigualdade no mercado de trabalho se mantiveram mesmo após a pandemia, uma vez que não se tratam de fatores conjunturais, e sim estão enraizadas em um fator estrutural, a herança escravista do Brasil — uma realidade evidenciada pelos dados apresentados no gráfico.

Para compreender melhor quais são os fatores responsáveis pelas diferenças de renda, foram observados outros indicadores do mercado de trabalho. A priori, analisou-se as horas semanais trabalhadas para cada um dos grupos. Em relação à população que trabalha até 39 horas na semana, as mulheres negras lideram, mas quando a questão é trabalhar mais de 45 horas por semana as mulheres negras passam a ser a menor participação dentro do seu grupo (apenas 17,67 % das mulheres negras trabalhavam mais que 45 horas por semana em 2022, contra 27% dos homens brancos). Um dos fatores que corrobora para a explicação do porquê as mulheres negras trabalham menos horas que os outros grupos é que elas tendem a dedicar mais horas ao trabalho reprodutivo do que os outros grupos. Segundo dados do IBGE (2024), em 2022, enquanto as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas, os homens gastaram 11,7 horas, e ainda nessa análise, as mulheres pretas ou pardas dedicaram 1,6 hora a mais por semana nessas tarefas do que as brancas. Esse desequilíbrio na distribuição do tempo reflete não apenas as desigualdades estruturais de gênero e raça, mas também a necessidade urgente de políticas públicas de cuidado que promovam a redistribuição do trabalho reprodutivo, garantindo mais tempo e condições para que as mulheres negras possam participar plenamente do mercado de trabalho remunerado.

Em relação ao desemprego, homens e mulheres pretos e pardos já enfrentavam índices elevados de desocupação em 2019 — 10,2% e 9%, respectivamente. Em 2022, esses números atingiram 10,3% para homens e 9,2% para mulheres pretas e pardas, evidenciando uma persistente desigualdade. Em contraste, a taxa de desemprego entre homens e mulheres brancos, embora também tenha crescido nesse período, manteve-se abaixo de 6% para ambos os grupos, revelando um abismo significativo entre os segmentos raciais.

Por fim, observando a distribuição dos grupos populacionais nos setores de atividades, as mulheres concentram-se setorialmente no setor de serviços, em 2019, as mulheres compunham 79,1% do grupo de “Educação, saúde humana e outros serviços sociais” e 92,7% dos serviços domésticos (sendo desses 92,7%, 60,7% composto por mulheres negras e 32,7% por mulheres brancas), já no setor da “Indústria geral”, as mulheres representavam só 40,6% em 2019. Esses dados demonstram que as mulheres são normalmente designadas ao setor de serviços que estão alinhados com tarefas domésticas (como cuidado infantil, enfermagem e limpeza), que são setores que historicamente pagam salários mais baixos do que o setor industrial, por exemplo (Elder; Johnson, 1999).

Ainda assim, com toda questão estrutural que segrega e oprime as mulheres e pessoas negras no mercado de trabalho, Fares, Oliveira, Cardoso e Nassif-Pires (2021) afirmam que o auxílio emergencial teve um efeito importante na proteção de mulheres, em especial de mulheres negras, mitigando o aumento da desigualdade de renda de gênero e raça durante o período que vigorou (abril de 2020 até dezembro de 2022). Mas que infelizmente, o anunciado término antecipado do auxílio emergencial, combinado ao fato de que outras políticas não protegem mulheres e minorias de vulnerabilidades sociais e econômicas, levaria potencialmente a um aumento na desigualdade de gênero e raça no Brasil nos anos seguintes.

CONCLUSÃO

A pesquisa demonstra que a crise econômico-sanitária da Covid-19 intensificou as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro, com destaque para as mulheres, especialmente as negras, que já enfrentavam posições marginalizadas e de menor remuneração. A análise dos dados da PNAD revela uma queda na renda relativa das mulheres em comparação aos homens, além de uma persistente desigualdade entre os grupos raciais, com as mulheres negras recebendo significativamente menos que os homens brancos. A segmentação ocupacional, com mulheres concentradas em setores de serviços de baixos salários, e as barreiras estruturais de acesso a cargos de maior remuneração, aprofundaram essas disparidades, evidenciando a continuidade da divisão sexual e racial do trabalho. Além disso, os negros foram muito mais afetados pelas demissões e pela eliminação de postos de trabalho do que os brancos (Souza, 2022). Entretanto, a massa salarial não caiu ainda mais durante a pandemia para os negros por conta do auxílio emergencial que contribuiu para uma redução significativa da disparidade de renda média entre negros e brancos (Souza, 2022).

Diante desse cenário, a continuidade das desigualdades estruturais no mercado de trabalho brasileiro e o evidente êxito das políticas de transferência de renda (no caso, o auxílio emergencial), no período em que vigorou, evidenciam a importância das políticas públicas para justiça social, principalmente em momentos de crise.

REFERÊNCIAS

PIRES, Luiza Nassif e RAWET, Eduardo Lederman e CARVALHO, Laura Barbosa de. Multidimensional inequality and COVID-19 in Brazil. *Investigación Económica*, v. 80, n. 315, p. 33-58, 2020. Tradução . . Disponível em: <https://doi.org/10.22201/fe.01851667p.2021.315.77390>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. *Desigualdade como legado da escravidão no Brasil*. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/desigualdade-como-legado-da-escravidao-brasil/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ELDER, Sara; JOHNSON, Lawrence Jeffrey. **Sex-specific labour market indicators: What they show**. *International Labour Review*, v. 138, p. 447-464, 1999. Disponível em: <https://library.fes.de/libalt/journals/swetsfulltext/17160685.pdf>. Acesso em: 30 de Julho de 2025.

MATOS, Joyce Lima. **O mercado de trabalho brasileiro frente à crise econômico-sanitária da COVID-19: uma perspectiva de gênero**. 2024. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024.

SOUZA, Pedro H. G. *A pandemia de COVID-19 e a desigualdade racial de renda*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/10428506-3185-4a68-a003-68b9eed62b67/content>. Acesso em: 03 de agosto de 2025.

G1. *Consciência racial cresce, mostra Censo 2022, mas desigualdades persistem*. 24 dez. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/12/24/consciencia-racial-cresce-mostra-censo-2022-mas-desigualdades-persistem.ghtml>. Acesso em: 03 de agosto de 2025.

Fares, Lygia Sabbag; Oliveira, Ana Luíza Matos de; Cardoso, Luísa; Nassif-Pires, Luiza (2021). As políticas econômicas implementadas no Brasil durante a pandemia sob a perspectiva de gênero (Nota de Política Econômica nº 006). MADE/USP.